A INCLUSÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

SANDRA SILVANA CODINHOTO

RESUMO

Neste alvorecer do século XXI, é oportuno revisitar a situação da educação especial, encerrando algumas abordagens e inaugurando novas perspectivas que possam refrescar o ambiente teórico e prático no campo da diversidade. Neste contexto, este escrito propõe uma análise, tanto em termos de terminologia quanto de conceitos, focando principalmente na visão futurista que emerge da filosofia de uma educação inclusiva e da eficácia de uma escola para todos. Houve uma época em que um sistema educacional paralelo foi instaurado, promovendo uma educação especial segregacionista, na qual os estudantes frequentavam centros específicos, separados das demais crianças, seguindo um modelo educacional distinto e, muitas vezes, em locais remotos, distantes dos centros urbanos. O propósito original desses centros, que era a integração social dos alunos ali matriculados, não se concretizou, resultando no retorno desses indivíduos às suas origens, desprovidos de família, amigos e perspectivas no seu contexto social. Essa abordagem da educação especial, baseada em categorização, cuidado e segregação, pode ser caracterizada como pessimista. Ela identificava um grupo de alunos considerados diferentes da maioria, aqueles que demandavam educação especial devido às suas deficiências, em contraste com a população escolar "normal".

Palavras-chave: Diversidade; Educação Especial; Escola para Todos.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as sociedades estão mais conscientes da diversidade (física, cultural, econômica, religiosa etc.), gerando ações de inclusão, equidade e reconhecendo o direito natural e legal de qualquer cidadão de se integrar à sociedade desde cedo com igualdade de direitos.

A urgência de alcançar maior equidade social e educacional, o compromisso dos sistemas educacionais com a educação de valores para a cidadania democrática, a defesa de políticas inclusivas em favor dos segmentos sociais mais desfavorecidos, a ênfase na dimensão pedagógica das mudanças educacionais, a necessidade de novos modelos de reformas que levem em conta as insuficiências das experiências passadas, e os desafios da sociedade da informação e do conhecimento, são opções valiosas presentes em todos os atores políticos e sociais.

Nos anos 90, a filosofia integrativa estava em voga, com o desafio de uma educação inclusiva e uma escola que acolhesse a todos. Desde a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, em Jomtien, Tailândia, até às Regras Padrão sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, em 1993, as pressões internacionais por mudanças têm sido intensas, como destacado na Declaração de Salamanca.

Strieder e Zimmermann (2000, p. 146) afirmam que:

> A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

Hoje, podemos falar sem preconceitos de uma educação universal, rica em valores, aberta a todas as possibilidades, enriquecida com amplas oportunidades, estratégias e recursos, adaptando-se às diversas necessidades educacionais individuais. O conceito clássico de educação especial evoluiu para abranger uma gama ampla e diversificada de apoios e adaptações, assegurando a inclusão de todos os alunos no sistema educacional.

De acordo com Vitta, Silva e Zaniolo (2016, p. 21):

> É possível constatarmos que esse atendi-

mento na creche é nomeado como estimulação precoce, criando uma ambiguidade por ser também designado, ao mesmo tempo, como modalidade de Educação Especial, o que dá a impressão de que não há inclusão da criança com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nessa faixa etária, ou que não existam dados que permitam um delineamento mais apurado da situação.

A inclusão que buscamos vai além do especial e da mera integração escolar, rejeitando a segregação e abraçando a acolhida incondicional de cada aluno, independentemente de suas circunstâncias singulares. Esta abordagem está alinhada com a reforma educacional, que não mais preconiza a simples integração, mas sim a valorização da diversidade como um elemento enriquecedor para todos.

Ao promover a inclusão escolar desde cedo, estamos construindo uma base sólida para uma sociedade mais justa e igualitária. É fundamental que bebês e crianças com necessidades especiais tenham acesso a um ambiente educacional que os acolha, respeite suas diferenças e promova seu desenvolvimento em todos os aspectos.

A inclusão escolar não se resume apenas a garantir que essas crianças estejam presentes fisicamente na sala de aula. Envolve também a adaptação do ambiente, a capacitação dos professores e a promoção de uma cultura de respeito à diversidade. É necessário oferecer suporte individualizado, adaptar o currículo e utilizar metodologias inclusivas para garantir que cada criança possa atingir seu máximo potencial.

Além disso, a inclusão escolar de bebês e crianças com necessidades especiais contribui significativamente para a quebra de estigmas e preconceitos, promovendo a aceitação da diversidade e a construção de uma sociedade mais empática e solidária.

Em resumo, a inclusão escolar de bebês e crianças com necessidades especiais é um caminho fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Ao investirmos na educação inclusiva desde cedo, estamos não apenas transformando a vida dessas crianças, mas também construindo um futuro mais promissor para todos.

A PERSPECTIVA CURRICULAR DA INCLUSÃO

Na perspectiva curricular da inclusão, enfatiza-se a possibilidade de quaisquer crianças encontrarem dificuldades na escola, o que sugere oportunidades para aprimorar as práticas pedagógicas. Os educadores desempenham um papel crucial na implementação de práticas inclusivas, garantindo melhores condições de aprendizagem para todos os alunos. Nessa visão, professores e alunos estão envolvidos ativamente no processo educativo, colaborando, participando e assumindo responsabilidades, buscando constantemente novas abordagens que considerem a singularidade de cada aluno.

Segundo Arruda (2014, p. 1):

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Na realidade, a situação presente nas escolas não deixa margem para dúvidas quanto à abordagem direta dos desafios em toda a sua complexidade, defendendo a inclusão completa apesar das adversidades. As instituições educacionais encontram-se desafiadas a lidar com novas demandas de alunos com necessidades especiais. Enfrentam uma realidade sem precedentes devido à presença de alunos com deficiências, talentos excepcionais, autismo, dificuldades de aprendizagem e comportamentais, bem como crianças hospitalizadas, vítimas de abusos diversos, impactos de conflitos armados, e os desafios econômicos, políticos e sociais do momento presente.

Atualmente, várias vozes defendem uma reformulação do sistema educacional, uma mudança na sua essência, visando torná-lo mais democrático, eficiente e inclusivo, abrangendo todos os alunos, independentemente de suas diferenças; em outras pa-

lavras, uma escola que promova a inclusão.
Contudo, a inclusão vai além de uma simples linha de pesquisa a ser explorada, de uma mera adaptação do currículo ou de uma filosofia educacional. A inclusão, em essência, é um princípio ético, uma maneira de aprimorar a qualidade de vida, no qual a educação desempenha um papel crucial, oferecendo igualdade de oportunidades e recursos de qualidade a todos os envolvidos.
Trata-se de fornecer escolhas, criar espaços, disponibilizar recursos e aprimorar a oferta educacional de acordo com as necessidades individuais, promovendo a inclusão e fortalecendo a escola como um ambiente eficaz, democrático e acolhedor para todos os envolvidos.
A inclusão implica um compromisso coletivo com os objetivos educacionais e uma responsabilidade compartilhada na sociedade contemporânea. Em termos gerais, a educação inclusiva significa acolher a todos, comprometendo-se a fazer o necessário para garantir a cada aluno da comunidade - e a cada cidadão em uma sociedade democrática - o direito intrínseco de pertencer, de não ser excluído. O que se propõe é um estilo de vida no qual todos são recebidos de braços abertos. A partir desse princípio e desse conjunto de valores, emerge o movimento crescente em prol da construção de escolas inclusivas.

Segundo as políticas educacionais, descreve-se uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio e as expectativas da escola hoje é trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter excludente, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos (ARRUDA, 2014, p. 1).

No entanto, a integração e inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais realmente ocorre nas salas de aula regulares da educação básica no Brasil? De acordo com estudos sobre os fatores que facilitam e dificultam a implementação do projeto de integração escolar como parte da política nacional de aceitação da diversidade, na prática existem múltiplas limitações nos aspectos de infraestrutura, cobertura e inclusão.
Para gerar inclusão dentro das instituições educacionais, a participação de atores políticos, educacionais e sociais é importante para viabilizar a formação de sociedades integrais.

A INCLUSÃO EDUCACIONAL

De acordo com Ainscow (1995), há um movimento em direção à educação inclusiva que busca reestruturar as escolas para atender às necessidades de todas as crianças. Isso engloba uma série de mudanças metodológicas e organizacionais, desafiando as expectativas sobre como alcançar essa meta. Para o autor, o caminho a seguir envolve dois aspectos essenciais: auxiliar os professores na organização de suas salas de aula para apoiar todos os alunos no processo de aprendizagem e reformular as escolas para que os professores possam unir esforços em prol de um objetivo comum.
As escolas que abraçam a inclusão são as mais eficazes em promover a solidariedade entre todos os alunos, independentemente de terem ou não necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, a responsabilidade é compartilhada entre professores, alunos e pais, que devem considerar maneiras de fomentar um senso de comunidade e apoio mútuo dentro do sistema educacional tradicional, demandando mudanças significativas.
Ainscow (1995) sugere uma série de condições que as escolas inclusivas devem atender, tais como: uma liderança eficaz que permeie toda a instituição; o engajamento dos professores, alunos e comunidade na política escolar; o compromisso com estratégias colaborativas de planejamento e coordenação; a valorização dos benefícios da reflexão e questionamento; e uma política para o de-

senvolvimento profissional dos educadores. O objetivo das escolas inclusivas está em estabelecer um sistema educacional que atenda às necessidades dos alunos, respeitando suas individualidades e promovendo uma cultura colaborativa como base para a resolução de desafios. Isso facilita o aprendizado profissional de todos os professores e promove a igualdade de oportunidades como meio para aprimorar a qualidade da educação.

Segundo Stainback e Stainback (1992), as escolas inclusivas são caracterizadas por serem comunidades solidárias que incentivam a participação de todos os alunos, sem distinções, eliminando a categorização. Dessa forma, o suporte não é oferecido em turmas especiais, mas todos os professores trabalham em equipe para desenvolver atividades alinhadas ao currículo geral. Esse currículo é adaptado às necessidades e habilidades de cada aluno, exigindo suporte aos professores e apoio acadêmico e social aos alunos para lidar com a complexidade da tarefa.

As escolas inclusivas enfatizam a responsabilidade compartilhada, o respeito mútuo e a interdependência. Nesse contexto, cabe aos funcionários da escola fornecer os recursos necessários para atender às necessidades dos alunos. Profissionais, pais e estudantes devem considerar o desenvolvimento de um senso de comunidade e apoio mútuo dentro do ambiente escolar regular. Dessa forma, as escolas inclusivas promovem uma coesão comunitária que acolhe a diversidade, atende às necessidades educacionais especiais e valoriza a heterogeneidade para fortalecer a classe e proporcionar a todos os membros maiores oportunidades de aprendizagem.

Em consonância com a aceitação da diversidade, a expansão do currículo, a adoção do ensino interativo e o suporte aos professores, as escolas inclusivas promovem um processo interativo. A marca distintiva de uma escola inclusiva é a prontidão dos professores em adaptar suas práticas com base nas respostas de seus alunos.

Algumas características das escolas inclusivas, conforme Stainback e Stainback (1992), incluem a valorização da diversidade para melhorar a aprendizagem interativa, o respeito pelas diferenças dentro e fora da escola, a adaptação e diversificação do currículo padrão, o suporte aos alunos dentro da sala de aula, a colaboração entre os profissionais da instituição e a participação dos pais no planejamento educacional. As vantagens dessas escolas incluem a capacidade de oferecer apoio acadêmico e social a todos os alunos.

Os atributos mais significativos de uma escola inclusiva incluem o senso de comunidade, a aceitação das diferenças e a resposta às necessidades individuais. Isso requer mudanças na filosofia educacional, no currículo, nas estratégias de ensino e na estrutura organizacional da escola.

Portanto, trata-se de proporcionar escolhas, criar espaços, oferecer recursos e aprimorar a oferta educacional de acordo com as necessidades, favorecendo a inclusão e promovendo uma escola para todos, dinâmica, eficaz, democrática, holística e inclusiva. Uma escola inclusiva propõe a integração dinâmica de alunos com necessidades educacionais especiais por meio de uma variedade de apoios, adaptações curriculares, comprometimento e liderança dos profissionais, avaliação contínua, uma organização flexível que promove a comunicação, coordenação e mudança estrutural em geral, devendo estar enraizada na comunidade.

Atualmente, o foco está em abordar a diversidade e enfrentar os novos desafios que surgem em uma sociedade plural e multicultural que demanda compreensão, flexibilidade, apoio e solidariedade.

Há um emergente consenso de que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola Inclusiva e o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aquela deficiência desvantagens severas, (BRASIL, 1994, p. 6).

A inclusão educacional de pessoas com deficiências e/ou incapacidades tem sido objeto de debates intensos ao longo das últimas décadas, tanto no passado quanto no presente. Congressos, convenções e organizações internacionais têm criticado o formato convencional da educação comum e espe-

cial, bem como a própria concepção de incapacidade.

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem, (BRASIL, 1994, p. 4)

De acordo com Andrews et al. (2000), os discursos e políticas atuais sobre educação especial podem ser categorizados em uma perspectiva que encara a incapacidade como intrínseca ao indivíduo, baseada em um modelo médico: uma condição que precisa ser corrigida ou curada. Esta visão contrasta com discursos mais recentes que interpretam a incapacidade como uma construção social, entendendo que ela está na "mente do observador, e não no corpo do observado".
Peters (2007) argumenta que a concepção tradicional de incapacidade, predominante no século passado e ainda influente, define a incapacidade como uma condição patológica interna do indivíduo, estabelecendo uma distinção significativa entre aqueles considerados "incapacitados" e os indivíduos sem deficiências.
Essa concepção tradicional sugeriu, como primeira opção de escolarização para esses ex-alunos "deficientes", ambientes educacionais separados das escolas regulares, às vezes com atendimento profissional específico, dependendo da deficiência apresentada.
No entanto, essa concepção tradicional tem sido recentemente contestada por uma abordagem psicossocial da deficiência, que defende que todas as pessoas - com ou sem deficiência - terão necessidades e exigirão suporte ao longo de seu processo educacional. Assim, todas as pessoas, incluindo os ex-alunos com deficiência, não são fundamentalmente diferentes umas das outras. O sistema educacional regular deve disponibilizar recursos adequados para garantir a educação de todos.
Essa abordagem psicossocial da deficiência começou a ser formalmente moldada a partir da Declaração de Salamanca (1994), na qual 92 governos e 25 organizações internacionais apoiaram o desenvolvimento de escolas orientadas para combater atitudes discriminatórias e com o objetivo central de criar uma sociedade mais justa e inclusiva por meio da colaboração.

A FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A formação de professores para a inclusão educacional é um tema prioritário e reconhecido como fundamental para o sucesso da inclusão dos alunos. A teoria e prática da inclusão destacam que as crenças, habilidades e disposição dos professores, juntamente com suas expectativas em relação ao desempenho dos alunos, desempenham um papel crucial no processo de aprendizagem.

O professor precisa ter conhecimento bem construído em sua área de atuação, além de se manter em permanente atualização, buscar informações e aprender a selecioná-las são novas habilidades que o professor não pode deixar de desenvolver, assim como aperfeiçoar o conhecimento específico, conhecer teorias pedagógicas e técnicas didáticas bastante variadas é fundamental. Mas atualmente é necessário ter mais do que isto, é preciso estar disposto a entrar em contato com o conhecimento em geral, com o que está acontecendo dentro e fora do meio, pressupondo uma atitude diferenciada (SOUSA; TAVARES, 2015, p. 9).

Nos últimos anos, a formação de professores passou por reformas significativas, abordando questões como a duração dos programas de formação inicial, a diversidade de instituições de formação, o conteúdo dos programas e a avaliação de desempenho dos professores.
Para garantir uma educação inclusiva, é essencial um comprometimento amplo de todo o sistema educacional, incluindo a alocação

de recursos específicos para programas de inclusão, monitoramento e avaliação desses programas, além do estabelecimento de legislações e compromissos que promovam a inclusão.

Um professor capacitado para a inclusão educacional deve possuir uma formação pedagógica sólida e abrangente, além de um repertório diversificado de estratégias didáticas que permitam o ensino adaptado às necessidades individuais de cada aluno. Isso inclui a capacidade de adaptar o currículo, personalizar o processo de aprendizagem e utilizar abordagens pedagógicas flexíveis para atender às necessidades específicas de cada aluno.

Um dos obstáculos à adaptação às necessidades individuais dos alunos é a inflexibilidade curricular, que pode resultar na homogeneização dos resultados e na falta de consideração pelas capacidades, limitações e interesses individuais dos alunos. Portanto, a formação de professores para a inclusão educacional deve enfatizar a flexibilidade curricular e o uso de estratégias pedagógicas diversificadas para atender às necessidades variadas dos alunos.

A promoção da inclusão educacional requer formatos pedagógicos mais específicos que integrem a vida das crianças e jovens, atribuindo significado às atividades e aspirações deles. Atualmente, a abordagem predominante na educação, muitas vezes centrada na memorização desvinculada da realidade vivida, pode resultar na percepção de que o aprendizado não tem sentido, levando à desmotivação dos alunos.

Um novo currículo que integre elementos da cultura infantil e juvenil, como música, computadores, redes de informação e esportes, como conteúdos de aprendizagem, pode ser fundamental para manter um maior número de alunos na sala de aula e garantir o sucesso educacional.

Os professores formados para a inclusão educacional precisam desenvolver habilidades de trabalho em equipe e capacidade para formar grupos multidisciplinares, a fim de oferecer uma atenção integral à vulnerabilidade dos alunos e promover uma compreensão mais ampla das necessidades individuais.

Além disso, a formação de professores para a inclusão educativa deve incluir o reconhecimento do compromisso social dos educadores e a valorização da aquisição de competências cívicas, não apenas com base em conhecimentos acadêmicos, mas também como agentes formadores para a vida em comunidade.

Ao questionar a eficácia do sistema educacional na promoção da inclusão, é essencial considerar a tendência de atribuir as dificuldades na escola ao déficit do aluno, em vez de questionar as práticas institucionais que podem estar contribuindo para a exclusão de determinados alunos.

A citação de Rosseto (2005, p. 42) destaca que:

> A inclusão vai além de simplesmente transferir alunos de uma escola especial para uma regular, ou substituir um professor especializado por um professor regular. É um programa que requer uma reorganização escolar a longo prazo para maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.
>
> Isso implica em repensar a organização das instituições de ensino e os métodos de ensino utilizados nas salas de aula, para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com desvantagens, recebam a mesma qualidade de educação. Isso envolve não apenas crianças com deficiências, mas também crianças em situação de rua, de minorias étnicas e de áreas desfavorecidas.
>
> Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, é necessário mudar a maneira de pensar e de educar nas salas de aula, planejar e avaliar o ensino, além de formar e aprimorar os professores, especialmente aqueles que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão também implica na fusão do ensino regular com o ensino especial e em opções alternativas para melhorar a qualidade do ensino para todos os aprendizes (BELISÁRIO, 2005, p. 130).

Na perspectiva da escola inclusiva, o objeti-

vo é acolher todas as crianças e jovens, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, étnicas ou outras. Isso requer o desenvolvimento de uma pedagogia que seja capaz de educar com sucesso todos os alunos, levando em consideração suas diversas necessidades e características individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva demanda mudanças significativas na abordagem das múltiplas características dos alunos e nas práticas educativas, além de uma revisão das atitudes fundamentais em relação à educação daqueles que foram excluídos ou marginalizados.

A abordagem didática do desenho diferenciado e individualizado, combinada com a estimulação dos processos de ensino e aprendizagem, busca promover a justiça educacional através de uma equidade participativa e está alinhada com as cinco categorias de práticas docentes inclusivas. Reconhecendo a diversidade dos alunos em sala de aula, essa abordagem exige respostas pedagógicas adaptadas às necessidades individuais dos estudantes.

Tanto a diferenciação quanto a individualização têm seus fundamentos nas necessidades dos alunos. A diferenciação envolve preparação variada e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas de forma reativa, respondendo às necessidades dos alunos. Por outro lado, a concepção universal da aprendizagem é uma abordagem proativa que visa garantir o acesso de todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas.

Portanto, o objetivo é atender às necessidades específicas do grupo de alunos dentro da sala de aula, garantindo que os objetivos da educação inclusiva, como o desenvolvimento de habilidades numéricas, de leitura e escrita, sejam os mesmos para todos os alunos.

No entanto, o caminho para alcançar esses objetivos é adaptado e oferece diferentes possibilidades, levando em consideração o conteúdo, a extensão, o material e a instrução, representando um nível macro da prática pedagógica inclusiva adaptada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, M. Necessidades educacionais na sala de aula. Guia para formação de professores. Narceia. 1995.

AINSCOW, M. Chegando a todos os alunos: alguns desafios e oportunidades. Século Zero, 30(1), 181, 37-49. 1999.

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. Cartilha da inclusão escolar: inclusão baseada em evidências científicas. Rio Preto: ABDA, 2014.

BELISÁRIO, J. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP. 2005.JG.

CUBERO, R.; MORENO, M. Relações sociais nos anos escolares; família, escola, companheiros. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MANCEBO, Maria Ester e Guadalupe Goyeneche. Políticas de inclusão educativa: entre a exclusão social e a inovação pedagógica. Documento apresentado na Mesa "Políticas de inclusão educativa" do IX Congresso da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República, Montevidéu, Uruguai, setembro de 2010. Disponível em: http://www.fcs.edu.uy/archivos/Table_12_y_17_Mancebo-Goyeneche .pdf. Acesso em 10 jul.2024.

RAWLS , John. Teoria da justiça. México: Fundo de Cultura Econômica, 1971.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

SEN, Amartya. Capital humano e capacidade humana in Cadernos de Economia n.29, 1998, pp. 67-72. Disponível em http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/viewFile/11496/20791. Acesso em: 10 jul.2024.

SOUSA, Eliza Martins de; TAVARES, Helenice Maria. Acessibilidade da criança com deficiência física na escola, 2015. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf. Acesso em: 22 jul.2024.

STAINBACK, S. e STAINBACK, W. (Eds.). Considerações curriculares em salas de aula inclusivas. Facilitando a aprendizagem para

todos os alunos . Brooke. 1992.
(UNESCO) de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997.
VAILLANT , Denise. Melhorando a formação e desenvolvimento profissional de professores na América Latina in Revista Pensamento Educacional, vol.41, n.2, 2007, pp.207-22. Disponível em: http://pensamientoeducativo.uc.cl/files/journals/2/articles/424/public/424-941-1-PB.pdf. Acesso em: 10 jul.2024.
VITTA, F. C. F. de; SILVA, C. C. B. da; ZANIOLO, L. O. Educação da criança de zero a três anos e Educação Especial: uma leitura crítica dos documentos que norteiam a educação básica. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 22, n. 1, p. 9-26, jan.- mar. 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbee/v22n1/1413-6538-rbee-22-01-0009.pdf>. Acesso em: 4 jul.2024.